

MOÇÃO DE ESTRATÉGIA GLOBAL

1.º Subscritor Pedro Pinto

INTRODUÇÃO

Porquê

«É mesmo provável que uns poucos tenham preferido um texto pequeno com propostas concretas, inofensivas, pouco incómodas, sobre aspectos determinantes da Sociedade e do Estado. Mas a voz da juventude não requer mais escolas, mais empregos, mais dinheiro. Exige fundamentalmente um espaço para viver o que significa melhor formação, um trabalho realizador, uma sociedade com vida onde o futuro tenha sentido»

in P.P.P.

Dez anos passaram sobre a Revolução e o nascimento da JSD.

Uma década tem já a nossa pequena história. A história de uma organização que cresceu e tornou-se a maior organização da juventude portuguesa, que amadureceu e inaugurou um novo estilo da intervenção política em Portugal com a realização do PROJECTO POLITICO PARA A JUVENTUDE PORTUGUESA.

Hoje, na Assembleia Suprema, o que cabe à JSD mais do que esboçar timidamente apoios ou críticas à política sectoriais que mais directamente afectam os jovens camadas da população portuguesa.

Confirmamos já que a maior parte dos nossos problemas se filiam no rol das grandes questões nacionais que dependem de um Estado mais eficaz e de passos seguros no rumo do desenvolvimento por que há muito alguns vêm bradando.

E sobretudo cada vez mais nos assola o temor por um futuro que sobrevivamos mais negro, e o desespero pela passividade dos poderes constituídos perante as grandes transformações que persistem em não encetar.

Alguns teriam preferido tem dúvida uma JSD mais viridante, mais humilde, mais acomodada a uma pequena casota dum qualquer mesa duzia de problemas específicos e questões concretas.

Outros aplaudiram um mero discurso revolucionário expressivo porventura mais linear de quem se afirma o mais lúcido representante dos jovens portugueses onde grassa cada vez mais a descrença, a apatia e a revolta.

10 anos fizeram-nos amadurecer. Não somos já a pequena JSD dos anos 70 e sobre nós pesam responsabilidades grandes na tentativa de ajudar a construir

o Portugal diferente que nos não cansamos de defender.

Esta Moção constitui uma vez mais o nosso contributo para a terapêutica dos problemas nacionais e para o alargamento do espaço social democrata.

Quando os mais descontentes dizem que as ideologias caducaram e a política não faz sentido, vamos reabilitar a Social Democracia introduzindo-lhe as componentes das realidades que emergem do nosso tempo recordando que as receitas do passado, que dão já resposta aos anseios do presente, menos próprias são para o futuro que se aproxima velozmente.

Quando os mais irados se insurgem contra os atropelos e a ineficácia do Estado Centralista e Burocrático, não gritamos: abaxio o Estado, mas propomos construir um Estado diferente, mais moderno, mais democrático, menos limitador e mais operativo.

Quando os mais desiludidos sussurram que não há solução e que continuaremos pobres e subdesenvolvidos, tentamos definir um modelo de desenvolvimento de que em nossa opinião o País carece e o progresso exige.

São soluções gerais que se completam com as Moções sectoriais, que se inserem neste quadro mais vasto e que desta Moção fazem parte integrante.

Definição de orientação e metas que comprometem a organização numa postura própria e original, num discurso inovador e irreverente com uma estrutura aberta e em mutação.

O que e que a JSD quer ser? O que é que a JSD vai ser?

As pistas que se abrem convidam ao trabalho redobrado. São muitos os desafios a que temos de dar resposta, e pela sua dimensão e porque nos dizem respeito a todos, transcendem o quadro dos apoios conjunturais de qualquer maioria interna.

A Moção que a seguir se apresenta e o desafio à concretização do salto qualitativo da JSD, comprometem a totalidade da Organização e pode e deve ser o quadro onde se busca e controla o maior consenso possível entre os jovens sociais democratas que, independentemente dos seus posicionamentos individuais, olham colectivamente com esperança os caminhos de intervenção que a JSD abre ao relançar o seu grão de insurreição responsável:

«O FUTURO É NOSSO, HA QUE CONSTRUÍ-LO»

Parte I

Que Social Democracia?

A — OS DESAFIOS DAS DOCTRINAS TRADICIONAIS

Houve um tempo em que o Homem começou a pensar e a sonhar. Sonhava com o «Mundo Novo», pensava em como seria melhor o futuro, na herança que legaria aos frutos. Desse sonho histórico e dessa reflexão interior onde se inscreve a ideologia, foram saindo ideias mais ou menos elaboradas, ideias escritas na memória dos homens e por elles seguidas com esperança, ideias que lhes deram a nossa reverência, o pedestal, a invocação venerada dos seus nomes. Porquê?

Talvez, antes de tudo, por terem querido sonhar. Talvez, também, porque souberam fazer transbordar o seu sonho para fora das cavernas do pensamento e o quiseram transformar em luz para outros. Talvez ainda porque sentir a esperança, transformava em força e não raras vezes em realidade a utopia criada. Daí foram surgindo os movimentos e doutrinas políticas, os líderes e a forma de concretizar as aspirações: o Poder?

Mas a disputa pelo usufruto do poder, passados que foram os tempos em que o único argumento necessário era a força, exigia teorias, justificações. Assim sendo, as teorias iam-se desenvolvendo apoiadas nas realidades do seu presente como corpos teóricos cada vez mais desenvolvidos, fazendo da análise do seu tempo a justificação da sua existência e ameaçando, em simultâneo, com um futuro que se desejava.

De acordo com estas duas vertentes, as teorias e as doutrinas caminham e evoluem a par do tempo histórico, que avança lento mas indelével, arrastando-se pelos caminhos que o haveriam de conduzir aos auspícios da Revolução Industrial. E é aqui que, quase abruptamente, o tempo histórico adquire uma cadência diferente, um ritmo mais forte e uma aceleração espantosa.

A demonstração cabal de como o movimento histórico se acelerou foram os séculos XVIII e XIX. Quantas vezes caducaram, quantas novas se construíram. Foi o fim do absolutismo, o início e rápido declínio do liberalismo. O início do Marxismo e o fim de Marx. O início da industrialização e o fim dos se-

nhores da terra. O fim dos estados e o início do Estado.

Em síntese, foi sobretudo o fim do muito que a Civilização Ocidental tinha procurado preservar e manter durante séculos e o aparecimento de uma nova era civilizacional, que naturalmente não ignorou a ideologia e que a ideologia não ignorou. Uma nova era que se foi encrustando nas rochas destes dois últimos séculos, e que nos deu a conhecer as grandes doutrinas onde os partidos políticos contemporâneos buscam o seu suporte programático, e no entanto, uma nova era em relação à qual nos questionamos agora se pertence ao nosso presente ou ao nosso passado.

É que, realmente, cada vez que olhamos para trás e nos apercebemos da distância que nos separa desse mundo novo, tanto mais novo e revolucionário nos parece aquele em que vivemos e mais impossível se torna para nós identificarmo-nos com uma realidade que já não é e já não sentimos e com uma Sociedade que já não conhecemos senão através do romance histórico e de algumas reminiscências políticas. E se o salto civilizacional é assim tão grande, começamos então a compreender a razão porque sentimos alguma dificuldade em responder aos problemas do nosso tempo com fórmulas doutrinais que encontram a sua justificação primeira na análise de um tempo e de uma realidade ultrapassados.

Com efeito, como adequar a evolução da sociedade às revoluções irrepugnantes que hoje a técnica conhece e às consequentes alterações culturais, sociais, económicas e políticas que daí advêm? para que manter a economia no reino de Adam Smith, Ricardo, Marx ou Keynes e não aceitar o «Small is beautiful» de Schumacher?

Como perceber Maio de 68, o «make love not war», o «Solidariedade», os «verdes» e tantos outros movimentos à luz das doutrinas convencionais?

Em que lugar do nosso ideário cabem as opções energéticas e o nuclear, a engenharia genética, a informática e a informatização?

Em face de tudo isto, será que devemos por de parte as doutrinas e declarar a morte da ideologia? Acreditamos que não. Do mesmo modo que a civilização que vimos nascer há pouco mais de dois séculos não desconheceu a ideologia, assim aquela que

ÍNDICE GERAL

PORQUÊ QUE SOCIAL DEMOCRACIA (EM) QUE ESTADO (PARA) QUE PAÍS (COM) QUE JSD

hoje se insinua a não desconhecerei, sobretudo porque, tal como as civilizações, também a ideologia pertence ao Homem. E ao formularmos um voto de fé no novo Homem estamos a revalorizar a questão ideológica. Por outro lado, é indubitável que muitos dos valores que eram então defendidos pelas antigas doutrinas políticas ainda hoje são válidos e justificáveis, muito embora num contexto diferente como mais à frente procuramos mostrar.

Digamos, assim, que as doutrinas tradicionais, onde encontramos a Social Democracia, mas do que línguas mortas são línguas que carecem de tradução para a realidade de hoje. Mas isso não chega. Não basta, para a Social Democracia, dizer que Liberdade, Igualdade e Solidariedade têm hoje significações e identificações não só diferentes como mais amplas, e que as circunstâncias que agora fazem perigar estes postulados se modificam.

É necessário, também, reconhecer o interesse de abraçar novos postulados que respondam aos desafios que o mundo diferente para que já vamos caminhando lança à Social Democracia e a nós próprios. Novos postulados que exprimam, afinal, os valores do novo e belo que devemos acenar, participar e construir para que a evolução seja possível, o Novo Mundo «onde cada homem terá em simultâneo trabalhador e poeta, dono do seu próprio destino e inventor do seu próprio futuro».

B — OS MESMOS VALORES UMA NOVA EXPRESSÃO

Dissémos que a Social Democracia carece de tradução para a realidade actual, para uma realidade que é diferente daquela em que se fundou mas onde os seus valores da Liberdade, Igualdade e Solidariedade, longe de se terem esgotado e esvaído, assumem de novo uma importância que devemos tentar compreender e uma significação e identificação que devemos aprofundar.

1. A Liberdade

Na história do pensamento, a Liberdade é um valor que exprime o exacto momento em que se atingiu a consciência que todo o homem e um ser cuja vida e cujas opiniões merecem ser respeitadas e a quem assiste o direito de decidir da sua existência e, portanto, da própria vida da comunidade em que esta inserido e de que depende.

Por isso, no plano económico e social se procurou privilegiar a iniciativa individual e se defendeu a realização de um quadro sócio-económico que permitisse o saudável desenvolvimento e a livre expressão dessa iniciativa.

Por isso também, no plano político a Liberdade se veio a traduzir no ritual dos direitos civicos: na garantia de que o pensamento e as convicções de cada um, assim como a sua manifestação, não são objecto de repressão nem de manipulação; na possibilidade de intervir, através do voto, na escolha do rumo a seguir pela comunidade e daqueles que mais directamente são os responsáveis pela sua condução.

De um modo geral, e menos no plano económico e social do que no plano político, muitas destas expressões têm vindo a ser conseguidas. Reconhecemos porém, que muito há ainda a fazer para que tudo isto também se torne uma concretização efectiva. Reconhecemos também que estas expressões, por si só, não constituem já uma garantia de Liberdade. Reconhecemos, finalmente, e nesta linha, que existem novas circunstâncias que vêm alargar o sentido e a necessidade deste valor.

De facto, é cada vez mais evidente que a revolução qualitativa das novas tecnologias arrasta consigo um renascimento do valor da iniciativa mas também da vantagem da diferença assim como da reestruturação das estruturas de produção, criando múltiplos nichos de actividades inovadoras, o que apenas se consegue através de respostas não enquadráveis nos conceitos tradicionais da organização do trabalho.

Por outro lado, verificamos que os domínios sujeitos à administração e à intervenção política se têm alargado de um modo insuspetado. A esfera política tem hoje um diâmetro tal que poucas coisas escapam à sua influência, bem como a irama de implicações que se tece em volta das decisões políticas é de tal forma complexa e determinante para a vida da comunidade que que nunca o destino desta esteve tão associado ao que se faz e se decide em política. E tudo isto sem que se tivesse possibilitado um melhor aces-

so a informação e as fontes de conhecimento e sem que se tivesse procurado alargar também a esfera da intervenção do indivíduo: multiplicaram-se ferocemente os palcos onde se representa e decaiu política e, ao invés de ter aumentado o número de protagonistas, aumentou antes a massa de figurantes e de espectadores.

Por último, sentimos que esta dilatação do público e do político é, em si mesma, assustante. E é-o de tal modo que, onde se aqui o privado era um espaço de criação e de afirmação, agora é sobretudo um espaço de refúgio e de fuga.

Assim, exigência de carácter ético-político e necessidade económica e social, a Liberdade surge pois revalorizada neste final de século, pelo que toda a conceptualização do sistema político e toda a praxia dos agentes que nele se envolvem, activa e conscientemente, deve ser voltada para a desmontagem das teias e dos factores de rigidez que a ela se opõem, assumindo-se que a Liberdade, mais do que um objectivo utópico, constitui pela sua presença, ou ausência, a característica dominante da vivência quotidiana dos homens.

2. A Igualdade

Este valor, a Igualdade, tem resumido ao longo dos tempos o amadurecimento da ideia de que todos os homens, porque são homens e porque têm direito a uma existência digna, não devem por isso ser alvo de discriminações nem devem merecer oportunidades e tratamentos diferentes face ao universo em que existem.

Assim, inicialmente entendida como igualdade de direitos e deveres face à lei, este valor depressa se alargou perante o reconhecimento de que, sem uma política activa de remoção dos factores mais gritantes de desigualdade económica, a tão celebrada igualdade de oportunidades não passava de um mito.

Caminhou-se deste modo para o Estado Providência, para a monetarização da Igualdade, o que se traduzia na redução para a escala do económico do combate contra as desigualdades. No entanto, esta forma de encarar a Igualdade assum como o fortalecimento do Estado Providência que esta atitude veio implicar, acarretou indirectamente duas consequências importantes.

Em primeiro lugar, serviu para mostrar e para evidenciar a existência de desigualdades não económicas. Realmente, não é possível pensar-se em Igualdade quando os homens têm diferentes «esperanças de vida», consoante as suas profissões; ou quando vivem em diferentes níveis de qualidade de vida, conforme o quadro urbano e profissional; ou quando lhes reservam participações diferentes no processo de tomada de decisão, e consequentemente de distribuição de recursos públicos, consoante as suas colocações face aos centros de poder; ou também, quando merecem diferentes níveis de segurança conforme pertencem, ou não, a sectores protegidos da sociedade; ou ainda quando têm diferentes níveis de integração social, em função das suas idades, sexo, raça, nascimento; ou não menos quando conhecem e sentem diferentes possibilidades de acesso ao ensino ou às carreiras profissionais, dependendo das regiões em que vivem. E os «quádruplos» e os «consoantes» poderiam repetir-se em série de modo preocupante.

Em segundo lugar, a luta contra as desigualdades políticas e económicas conduziu a uma deformação das mentalidades que se revelou numa crescente tendência para a normalização. A força de queremos estabelecer as desigualdades caminhamos para a igualdade, num profundo desprezo pelo direito que cada um tem à diferença, no desconhecimento também de que é exactamente nesta diferença que reside a principal riqueza do homem bem como a virtude da comunidade em que participa.

Assim, temos hoje que o valor da Igualdade encerra em si mesmo uma dupla pretensão. A pretensão de lidar as diferenças externas que se erguem entre os homens, diferenças que lhe são impostas de fora e que não dizem respeito à sua condição de homens, sejam elas políticas, económicas ou de outra ordem. Mas também a pretensão e o desejo de que cada indivíduo ou comunidade veja reconhecido o direito à sua própria diferença, ou seja, identidade. Que essa diferença ou identidade, para além de ser reconhecida, seja valorizada.

Assumido desta nova forma, a Igualdade ganha contornos novos, nu-

MOÇÃO DE ESTRATÉGIA GLOBAL

manista em que se passa do mero reconhecimento direto a livre existência do outro, para a sua acção enquanto entidade autónoma, diferente e porora do direito à plena realização.

L. A Solidariedade
Em conjunto com os valores de Liberdade e de Aldeia, a Solidariedade é o terceiro valor que fe- o núcleo dos postulados da Social Democracia. a, talvez, também aquele que hoje mais urgente- necessita de ser repensado.

A Solidariedade, antes de tudo, reflectia o senti- de união dos homens no caminho da sua li- tação e na sua luta por melhores condições de vi- Justificada deste modo a sua raiz profunda no- ceno de fraternidade, a Solidariedade comporta- za um sentimento de compreensão activa para todos aqueles que eram objecto de injustiças e desigualdades.

Por esta razão, a Solidariedade assumiu com o- po e com a modernidade, o carácter de Segurança- tal. Construíram-se assim as pesadas máquinas- ributivas e de assistência da Previdência, e multi- aram-se os procedimentos burocráticos da coleta- ontribuições e prestação de benefícios por parte Estado.

Então, o sistema foi apresentando sinais pro- visos de esboço, como sejam a rigidez- cente da máquina burocrática, a diminuição da- idade dos serviços prestados e os estrangulamen- económicos resultantes da queda brusca da taxa- crescimento da economia.

Surte a estes problemas e incapaz de reformar in- mente, a Previdência recorreu a aumentos suces- sivos das contribuições impostas aos agentes econó- micos (empregadores e trabalhadores), acrescentou as- tificuldades destes, já então mergulhados na- "necessidades dramáticas de fundos espe- ciais para reconstrução do sistema produtivo." "Entanto, não se pensou que se reduzem espe- cialmente os problemas de gestão da «máquina» e do seu- rendimento as questões que o valor da Solidarie- dade nos coloca. Se questionamos abertamente o- ma, verificamos que este actua automática e ce- mente ignorando todos os aspectos novos ou- aplicados»

Em efeito perguntamos:
Que Solidariedade Social se os jovens em busca- rimento emprego (dos terços dos desemprega- dos) excluídos ceiramente?
Que Solidariedade Social quando face a uma- omia em reconversão e sujeita a dolorosas mu- tantes «protegidos» (Estado, EDP, etc), se- tiam delimitando barreiras cada vez mais rígi- ds multirapazes entre os que já estão «dentro» que estão «fora»?

Que Solidariedade Social quando os novos po- parte da 3ª idade, os marginalizados, não so- são alvo de programas enquadrados, como a- a sua situação piorar aceleradamente, falhos de- poder (re)individuar?

Que Solidariedade Social quando os actual- s globais de redistribuição incluindo ADSE, les, etc) «privilegiados» claramente determinados os, porventura nem sempre os mais necessita- dos?

Que Solidariedade Social quando o sistema fisca- l a sua acção predominantemente sobre os- maiores por conta de outros, deixando de pa- rtes interessadas cidadãos, porventura com maio- res «fidejussões» fontes de rendimento?
Que pode, analisar o problema da Solidariedade- l de forma nova, pondo em causa os automatiz- cionando em função da sua razão de ser- constringimentos financeiros que provoca na- sua

Uma reforma do conceito passa pela análise- de dos fluxos de transferência de recursos in- tidos da população e inter-regiões, e pela adop- ção de uma atitude modular corajosa face às verda- deiras necessidades.

Consequentemente, devem ser integradas as situ- ações não abrangidas e ser adoptada uma presta- e apoio que ultrapasse a mera concessão de- lhos monetários ou cidadãos de saúde...- retido, para lá da diminuição do peso da «má- quina» e da concessão de maiores graus de liberdade- ções de segurança social tal como da integra- e novos beneficiários, a Solidariedade Social- por uma atitude global e inteligente que ques- permanentemente os resultados das diversas- as (educação, investimentos públicos, saúde,- aza social, etc) face aos objectivos das mesmas- numa perspectiva reformista se devem centrar- moção de condições envolventes justas, equili- e potenciadoras de desenvolvimento e realiza- ra todos e cada um dos cidadãos.

- OS NOVOS VALORES
curamos, até aqui, mostrar que é possível tra- o linguagem da Social Democracia para a reali- ção. Procuramos também sublinhar que essa- ção, mais do que possível, é uma tradução ne- a que pressupõe a desdificuldade dos seus- e tradições em face das circunstâncias que- pristem um novo sentido e lhes conferem uma- amplitude.

Em, temos a percepção de que esta atitude é in- nente para dar respostas aos problemas que o- mundo para que nos dirigimos levanta no mo- de hoje. Por isso apontamos conscientemen- saúde de a Social Democracia abraçar novos- valores que se insinuam na complexidade do- e que nos devem orientar nas nossas opções- futuro.

temos distinguir a participação, a Felicidade e- tenie.

A Participação
os de um longo período de governo autorita- português acreditaram que a instituição da- raça representativa consultativa e esgota- cu desejo de participação política e social. Sa-

demos hoje, contudo, que isso não aconteceu.

Em primeiro lugar, cedo se começaram a sentir os- sinais alarmantes de nepotismo, de manipulação e- combate aos «centros» de poder autónomos.

Com efeito, os partidos, consolidando pela via- constitucional o monopólio eleitoral/representativo, lançaram-se à conquista dos órgãos de comunicação- social, dos sindicatos, do aparelho de Estado, etc.

O escalnado, de repetido, deixou de ser considera- do como escalnado, tão profunda e abrangente foi e- é a tendência das máquinas partidárias em reduzir- aos seus esquemas simplificados de dominação a ri- queza da vida social.

Urge, pois, reflectir seriamente sobre os resultados- a que esta partidarocracia nos conduziu e acreditar na- possibilidade de ultrapassarmos as contingências des- ta situação.

Por outro lado, fazemos já referência ao espaço- absorvente que hoje o público e o político ocupam na- vida da sociedade, assim como ao extremo centraliz- mo existente. Quando do Estado e da Administração- dependem hoje factores tão determinantes para a so- ciedade, como sejam os casos do Plano Energético- Nacional, da Integração Europeia ou do Desenvolvi- mento Económico, não chega ao cidadão votar de- quatro em quatro anos para a Assembleia da Repú- blica ou mesmo votar para um órgão autárquico sem- grande autonomia de decisão.

Actualmente, o cidadão sente que, perante uma- importante teia de decisões que lhe escapam e sobre- que não têm opção, a sua participação não se pode- limitar aos actos vulgares do jogo democrático, que- em Portugal se cumprem apenas para justificar o su- frágio universal.

A participação deve ir mais longe e pode traduzir- se pelo reconhecimento de um espaço próprio para- o social e para a diferença, pelo direito à transparên- cia nos processos de tomada de decisão e pela pos- sibilidade de análise e de intervenção na escolha das- opções que dizem respeito ao todo Social.

No fundo trata-se do reconhecimento do Poder de- baixo para cima, e não o inverso como actualmente, como a abertura de novos espaços de participação- (individual e colectiva) e a redução das zonas e re- lações de poder menos transparentes.

A participação implica assim uma maior consciên- cia, logo conhecimento, do funcionamento global da- Sociedade e a adopção de uma nova ética política.

Este novo conceito, traz assim, implícito, uma no- va forma de organização do sistema político e as- conseqüentes alterações não só constitucionais mas- sobretudo de filosofia e vivência que constituam uma- nova malha enquadradora da vida social.

2. A Felicidade
Este valor que a sociedade de consumo vulgarizou- e que as máquinas publicitárias exploraram e degus- taram, tem sido objecto da preocupação constante- dos governos do mundo moderno, preocupação por- vezes agravada com o espectro dos julgamentos- eleitorais.

Convencidos de que possibilitando um melhor- bem-estar material e uma maior estabilidade social- aos indivíduos com isso estariam a realizar a sua fe- licidade, os governos chamaram a si um número- razoável de tarefas, dentro do campo económico, cultu- ral e social que até aqui lhes não estava reservado.

No entanto, hoje o sentido do valor da Felicidade- transmite em muito esta expressão singular de que- a felicidade pode ser fabricada e oferecida ao indivi- dual.

Assim, mais do que um «bem de consumo», ela- deve representar o «caminho que cada indivíduo deve- construir, livre de constrangimentos e na particula- ridade da sua diferença, na direcção da plena realiza- ção das suas potencialidades e da sua personalidade.

Mas o valor da Felicidade pressupõe que o indivi- dual deve percorrer esse caminho dentro de uma cor- recta e harmónica inserção social e na exigência de- um verdadeiro quadro de qualidade de vida.

Deste modo, a construção de um sistema político,- económico e social orientado por um quadro de vida- física e espiritual em função do Homem, ao invés do- que tem sido feito, deve passar a constituir um dos- desafios principais sob o ponto de vista da teoria e- das práticas políticas.

3. O Ambiente
Particularmente durante estas duas últimas déca- das, terá sido talvez este o valor que com mais insis- tência nos tem chamado a atenção e, por vezes, aque- le que mais relevância tem encontrado no rol das- nossas preocupações.

Isso deriva não apenas da iminência de uma possí- vel catástrofe nuclear. Hoje somos, de facto, especial- mente sensíveis à exploração desenfreada dos recur- sos naturais em que a industrialização nos lançou, talvez no pressuposto de que eles eram inesgotáveis. E o empobrecimento crescente, e por vezes irreversí- vel, do nosso mundo natural que este tipo de atitude- veio trazendo debruça-nos a dar particular impor- tância a este valor do Ambiente.

Assim, de uma atitude agressiva e conquistadora- ignorante das conseqüências e impactos das suas pró- prias acções, o Homem deve possuir para uma filo- sofia de vida em que reconheça que não está sozinho na Terra e que, portanto, deve ter uma atitude solidá- ria para com a restante vida. Mas uma filosofia tam- bém que comporta um dever de solidariedade para- com as gerações que lhe sucederão.

Além, esta nova ética face à Natureza e ao Patri- mónio vem cada vez mais a revelar-se como condição- de sobrevivência de humanidade, quer sob o ponto- de vista espiritual, pois as necessidades do reencontro- com as raízes pessoais e colectivas e de harmonia- com o espaço envolvente constituem elementos basi- cos da saúde mental dos homens e dos seus valores- estéticos.

A questão política de fundo reside na aceitação- deste novo valor como trave mestra e condicionadora- do modelo de desenvolvimento económico.

A adopção deste valor tem efectivamente profun- das repercussões na imediata. Fere interesses consi- deráveis, alguns de âmbito nacional ou supranacional, impõe limites à fruição de recursos tidos até aqui co- mo privados, implica profundas reconversões do apa- relho produtivo e a formação de novas gerações de- técnicos e decisores.

Estamos conscientes, no entanto, de que isso repre- senta também a melhor forma de encararmos com- dignidade o passado e de construirmos maduramente- o futuro.

D — O FUTURO JÁ COMEÇOU

Exige-se de nós que compreendamos exactamente- aquilo que nos propomos fazer. Não se trata de uma- atitude desesperada de reformular a «velha» Social- Democracia adaptando-a simplesmente aos tempos- presentes, como não se trata ainda de um esforço de- abstracção na criação de uma «nova» Social Demo- cracia.

Trata-se fundamentalmente de encontrar, dentro- da nossa postura ideológica, o quadro de valores que-

nos permita encaixar com voluntariedade aquilo que- o passado não conseguiu realizar e que o presente- corre constantemente o perigo de não assegurar, mas- que nos permita também viabilizar um futuro que já- hoje vai nascendo e que nos desafia, confiantemente- por entre ruínas e arquitecturas novas, à sua edifica- ção.

O novo quadro de valores deve assim adequar-se- à complexidade do presente. De um presente onde- passado e futuro coexistem vivos, se entrecroçam- ruidosamente e se vão diferenciando à custa um do- outro mas não de um sem o outro, e onde cada um- deles levanta indistintamente problemas a que devem- dar resposta.

Uma resposta que deve reflectir o realismo político- que advém da percepção que temos deste carácter de- transitoriedade do presente, e uma resposta que deve- vir já informada, não apenas pelas novas signifi- cações que os novos valores adquiriram, mas sobretudo- e também pelos novos valores que, mais do que- emergirem dos anteriores pelas circunstâncias da ac- tualidade, os complementem e nos ajudem a afirmar- um futuro que, afinal, já começou.

Parte II

(Em) Que Estado?

A — INTRODUÇÃO

Novas traduções de Social-Democracia face aos- tempos de hoje e a relevância de novos valores que- definimos obrigam-nos, naturalmente, a pensar numa- outra organização do Estado, numa diferente- concepção do poder político e numa nova praça- política.

As novas dinâmicas que pressupõem um modelo- de desenvolvimento e um novo conceito de solidarie- dade social que auras se expôs e defendeu não se- compadecem com a perpetuação do Estado centraliz- ta, arcaico e ineficaz de que Portugal hoje enferma.

Muitas são as vezes que se revoltam contra a- prepotência dos órgãos do Estado, que bradam no senti- do de se pôr cobro a corrupção que alastra, que se- insurgem perante os bloqueamentos burocráticos que- entravam desnecessariamente o desenvolvimento por- que anseamos. O Estado não é respeitado, a sua au- toridade so se faz sentir quando apoiado pelas forças- cívicas da legalidade e vigada pelas forças da or- dem, as instituições desacreditam-se, os órgãos de- administração emperram.

Mas vontade política parece faltar para que na- área da organização do Poder sejam feitas as refor- mas que a viabilização do País inadiviavelmente exige. E não basta gritar com razão mas inconsequentem- ente: vamos destruir o Estado centralista e burocrá- tico, principal bloqueador do desenvolvimento nacio- nal. É necessário definir os contornos do Estado que- queremos e apontar para as reformas mais urgentes- a encaixar no campo da Administração Pública e da- organização do Poder Político.

B — O ESTADO REGIONALIZADO QUE QUEREMOS

«A Democracia Centralista é uma coisa alheia- às populações, que se contenta de as dominar pelo- direito e pelo imposto sem curar da vida pública e local»

ALEXANDRE HERCULANO

Como salienta Fernando Nogueira:
«O gigantismo do Estado é paiante por toda a per- te, o aparelho administrativo que é o seu instrumento- de acção foi pouco a pouco alargando a sua zona de- influência a sectores essenciais da vida dos cidadãos. Para além da busca da satisfação de necessidades- económicas ligadas ao desenvolvimento, o Estado- procura, hoje em dia, garantir a satisfação das neces- sidades culturais e assistenciais sociais da comunida- de. Nesse sentido, o Estado responde às carências- económicas com uma política voluntarista e executó- ria absorvente dos custos materiais e humanos dispo- níveis (...).»

Em suma o Estado Moderno, pós-liberal, chamou a- si um sem número de tarefas e funções em matéria- de política económica e social numa ânsia de satisfa- zer, se não todas, pelo menos quase todas as neces- sidades colectivas nesse domínio.

Transformou-se assim o Estado numa entidade- omnipotente ou, como diz Baptista Machado, num- Estado Providência. Porém, à medida que a máquina- cresceu aumentou a pressão, para não dizer opressão- sobre os cidadãos que viram dia-a-dia a sua esfera de- liberdade diminuir e que se encontram numa cada- vez mais acentuada dependência do Estado-Adminis- tração.

Macreanês retrata esta situação referindo que a- burocracia do Estado «provoca a apoplexia no cen- tro e a anemia na periferia». Por isso, existe hoje um- movimento mais ou menos generalizado que visa o- descongestionamento da administração central, a- substituição dos processos de decisão e o desbloquea- mento dos entraves colocados pelas pesas burocrá- ticas inseparáveis do Estado Centralizador.

Por isso também se fala hoje cada vez mais em- participação, expressão que mais não representa do- que o desejo da generalidade dos cidadãos de inter- vir em um modo ou de outro na tomada de decisões- que tenham a ver com o interesse colectivo.

Associada às especificidades da realidade portu- guesa, toda esta situação justifica a nossa análise de-

que a actual gestão centralizada e ineficiente consti- tui o maior obstáculo ao desenvolvimento do País.

Realmente, só com um Quadro de Políticas Regio- nais viradas para o desenvolvimento dos recursos- próprios de cada Região (o que pressupõe uma capa- cidade de intervenção horizontal do Estado, que hoje- e praticamente inexistente) poderá florescer uma tra- ma de pequenas e médias empresas que, desenvolvi- do tecnologias próprias e vocacionando-se para no- vos mercados — o quaternário e o internacional —- garantiriam o desenvolvimento económico e reduzir o- desemprego.

Toda esta realidade e particularmente preocupante- numa altura em que começamos a atravessar uma- das maiores crises conjunturas de sempre, que se- alinha às profundas transformações estruturais que a- adesão a CEE e introdução de novas tecnologias vão- provocar. A manutenção da actual estrutura de uni- versidade e de Administração Pública constitui um- luxo demasiado caro que não podemos continuar a- sustentar.

No entanto, o desencadear de um processo de- regionalização não se justifica apenas por questões re- lacionadas com a estrutura administrativa, pois seria- forçosamente possível a existência de uma política de- Desenvolvimento Regional servida por uma Adminis- tração eficaz num Estado Centralizado.

A Regionalização é um processo eminentemente- político de devolução do Poder aos cidadãos, de au- mento da transparência do processo de planeamento- e de tomada de posição no que diz respeito às opções- de desenvolvimento que afectam decisivamente o- quotidiano e o futuro de cada um.

E são estas razões, que distinguem qualitativamen- te as políticas de desenvolvimento regional elabora- das no Território do País das participadas de base. Enquanto as primeiras são artificialmente conduzi- das a luz da visão macroeconómica do Estado, as segun- das são, com mais realismo, concebidas e adoptadas- por instâncias de planeamento e decisão colocadas- no nível regional.

E pois um modelo de Estado Regionalizado, mas- em que a identidade nacional se deve sobrepor à so- ma dos egoísmos individuais ou colectivos de cada- parcela, que se pretende opor à actual situação de- Estado centralizado e mal gerido.

A lógica do processo de desenvolvimento que se- define assenta portanto na valorização dos recursos- endógenos de cada região, com relevo para os huma- nos, pondo a tónica em processos, tanto quanto pos- sível auto-sustentáveis e na solidariedade intra e- inter-regional.

Esta solidariedade não se poderá reduzir ao mero- acio das decisões tomadas por contagem de votos, já- que importa salvaguardar os interesses das Regiões- desprovidas do interior, que são também as econo- micamente mais pobres, sob pena de vermos agrava- das as assimetrias já existentes.

C — A REFORMA DO ESTADO QUE TEMOS

Tomando como pressuposto que o modelo do Es- tado Regionalizado, já caracterizado nas suas linhas- gerais e justificado pelas razões políticas e funcionais- atrás enunciadas, e o que melhor convém à plena- realização das potencialidades de desenvolvimento da- democracia portuguesa, convirá não esquecer que o- instrumento primeiro que serve o processo, o motor- que o põe em marcha é exactamente o Estado que- temos e que assim caracterizamos: o regime e as ins- tituições, os partidos e os políticos, a corrupção e a- imoralidade. Toda uma máquina que, sem ter sequer- florescido, entrou já em degenerescência. Uma uni- dade celular que está em vias de não assegurar as- suas funções vitais: um estado degradado que amea- ça o ideal e o ideal e que se vê diminuído na sua- capacidade de poder gerar sequer uma miragem.

É, pois, prudente ocuparmo-nos do Estado. A me- nos que nos contentemos em que o Estado Regional- seja uma excessão do Estado central que temos, e- isso, convenhamos, não seria razoável. Apenas evi- tarmos a propagação desta degenerescência se inver- tirmos as suas causas exactamente no seu epicentro. Cuidemos, pois dos partidos e das instituições, dos- políticos e da Administração, da moralidade e do- desenvolvimento.

MOÇÃO DE ESTRATÉGIA GLOBAL

1. Partidos e agentes políticos

Reformar o Estado sem Reformar os Partidos?

É reconhecida a identificação quase orgânica que hoje existe entre a máquina do Estado e os partidos políticos de maior implantação social. Esta identificação, sobretudo no que significa relacionamento entre as duas entidades (Estado/Partido), foi em parte herdada do anterior Regime, onde a existência do único Partido (União Nacional) se confundia com o próprio Estado, e em parte também devido ao escasso tempo de maturação que mediou entre o aparecimento dos partidos políticos após a revolução e o momento em que estes assumiram responsabilidades governativas do Estado.

Em todo o caso, e até porque dez anos são já decorridos desde essa altura, não mais poderemos perpetuar esta identificação, que se torna nociva para o Estado e deturpadora da acção partidária.

Se acrescentarmos a isto que os partidos, em si mesmos, são geral e infelizmente a expressão restrita das suas classes dirigentes, apercebemo-nos então do perigo que esta identificação representa e assim da improbabilidade de Reforma do Estado.

O facto e que o Estado se reforma se para isso contribuírem acções de agentes reformadores — o que os partidos neste momento estão longe de ser. Por outro lado, não modernizaremos o Estado nem os poderes tornar mais transparentes com partidos justos, sem terem amadurecido, e nebulosos, com uma organização de poder aparentemente aberta.

Dai que surge com acuidade a urgência de reformar os partidos, que são por excelência os intervenores do Estado e peças essenciais da Democracia.

Pelo que e pressuposto primeiro, que quem quiser verificar no caminho da reforma do Estado não via tomar a Direcção de uma qualquer máquina partidária com audiência nacional sem que igualmente lidere o Processo da sua transformação. De contrário o «status» impõe-se-lhe, entavando assim a adopção de medidas necessárias a concretização deste Processo fundamental.

2. Órgãos de Poder

«A Democracia e apenas uma ideia, um ideal, e, por conseguinte, há que dar-se ao trabalho de a pensar»

ORTEGA Y GASSET

Não é no momento nem a altura para questionar as virtualidades da Democracia enquanto conjunto de princípios de organização do Estado e de definição de regime na sua relação com as exigências decorrentes da emergência de uma Sociedade diferente a que chamaremos pós-industrial.

Não só Portugal (na causa do desenvolvimento dos Países da Europa Ocidental) não se defronta já com esses sintomas, pelo menos de forma tão nítida e acuciante como noutras Nações mais avançadas, como porque a nossa jovem Democracia está longe de terem esgotado possibilidades e soluções diversas quanto a atribuição das competências dos diversos órgãos e da sua forma de eleição.

Julgamos, no entanto, que esse e o momento limite para pensar nestas potencialidades e nessas soluções, sobretudo se atendermos a que os órgãos que representam e exercem o poder do Estado não têm de uma forma geral boa imagem pública, aparecem muito sensíveis à corrupção e dão uma ideia generalizada de ineficiência e de guerrilha institucional.

Nesta curta apreciação, entendemos que as alterações a introduzir prendem-se particularmente com:

- As autarquias locais;
- A Assembleia da República;
- Presidência da República.

AUTARQUIAS LOCAIS

Julgamos que na linha do reforço do municipalismo e da descentralização deverá proceder-se à revisão da legislação que compreende aspectos institucionais e financeiros dos órgãos de poder local.

Quer as competências das autarquias quer a sua própria forma de eleição deverão ser repensadas.

Não é lógico que os executivos municipais sejam eleitos por método proporcional, e sobretudo nas zonas urbanas perderem o sentido as actuais divisões das freguesias e as competências dos seus órgãos.

Em suma, as alterações a introduzir deverão sê-lo no sentido da maior responsabilização dos órgãos do poder local com «sublinhado» no município.

A ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

«Em vez de malizar o Parlamento sem o substituir covardia que todos nos preocupassem um pouco em melhorá-lo»

(ORTEGA, XI, p. 17)

A dignificação da Assembleia da República é uma exigência da Democracia. O Regime só perde com a desdignificação do seu órgão legislativo.

Dignificar a Assembleia pressupõe um duplo objectivo. Antes de mais funcionalizá-la. Fazer com que a sua imagem externa de verbosidade inconsequente e luta política estéril seja substituída por uma outra mais laboriosa, mais «séria», mais profícua e mais garante dos interesses dos cidadãos.

Iso obrigará à alteração das suas regras de funcionamento interno, da revisão do sistema de trabalho parlamentar, da introdução de meios informáticos nos Serviços de apoio parlamentar, de espaços de trabalho eficazes e suficientes.

Mas dignificar a Assembleia da República pressupõe também, dignificar o deputado e a sua função. Significa responsabilizá-lo e dar-lhe meios.

Para tanto é importante que o deputado não dependa como hoje exclusivamente da sua cúpula partidária.

A Democracia parlamentar constituiu na sua gene-

se a novidade do contrato político directo entre o Povo representado e os que o representam.

Em Portugal o contrato político eleito-eleito é marcadamente indirecto. O eleitor vota no Partido e é a sua cúpula que designa os deputados, lhes dá ou retira confiança, lhes move processos disciplinares internos pela sua conduta parlamentar, lhes garante o futuro político ou precipita o termo da sua carreira.

Senhores do seu destino, as cúpulas partidárias constituem, a pedra angular da pútrificação que nos move.

A revisão da Lei Eleitoral com a aproximação eleito-eleito, a dignificação do Estatuto de Deputado e o aumento dos Poderes de Fiscalização da Assembleia da República exercidos singular ou colectivamente, são transformações a introduzir no próprio texto constitucional.

Até que isso seja possível e que para tanto haja tacto e sábia vontade política, deverão dar-se passos graduais em tudo o que a capacidade legislativa ordinária proporcionar neste sentido.

São eles o aumento dos círculos eleitorais, a consequente redução do número de deputados por círculo e a revisão do Regimento da Assembleia da República.

No âmbito partidário, e de modo a atenuar a absurda dependência do deputado face a instâncias de decisão para as quais nem sequer a sua opinião é considerada, de recomendar-se a adopção de mecanismos de co-responsabilidade nas tomadas de decisão (como sucede em toda a Europa Ocidental).

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

A questão presidencial é certamente uma questão importante do Regime.

Da sua forma de eleição, da sua ligação com o Parlamento e dos laços que mantiver com o Governo depende a coloração do tipo de Regime Democrático que tivermos.

Na experiência portuguesa recente, o Presidente da República tem sido acusado de falsa solidariedade com o Governo, autor de guerrilha institucional mais ou menos disfarçada e principal bloqueador de soluções tidas como necessárias ao desenvolvimento nacional.

De facto, o equilíbrio de poderes próprio de um regime semi-presidencialista como o nosso, pode favorecer a criação de situações de impasse com gritantes desunidades entre as máximas presidenciais e parlamentares, transformando a acção dos órgãos superiores do Estado em forças que se anulam umas as outras em vez de convergirem para um objectivo comum.

Isto tem levado várias personalidades a advogarem a «clarificação» do Regime para uma coloração marcadamente Presidencial ou Parlamentar.

Porem, importa recordar que mais do que a letra constitucional, os Regimes adquirem uma prática constitucional, fruto muitas vezes do bom-senso, da experiência e da necessidade de se superarem dificuldades diversas que a Governação dos Povos sempre acarreta.

Nesse capítulo não só a experiência portuguesa é curta (apenas um Presidente «usou» esta Constituição) como o tratamento desta questão nos parece merecer algum cuidado e reflexão.

De todo o modo é uma questão que só se coloca em sede de revisão constitucional, e que só improvelmente afectará a próxima disputa eleitoral.

Torna-se pois hoje mais importante pensar no perfil do candidato para a chefia do Estado neste regime semi-presidencialista que possuímos.

Com mais uma experiência e uma grande reflexão nacional logo constataríamos se os bloqueamentos são uma inevitabilidade, sobrevive pela alteração das relações entre os órgãos de soberania (logo do regime) ou se são apenas mais uma particularidade da nossa experiência histórica tão profícua em originalidades.

3. Modernizar o Estado

«Um Estado que possui uma máquina administrativa pesada e rígida e que tem os serviços excessivamente burocratizados não pode ser obviamente um Estado na via do desenvolvimento. Dar a importância da reforma administrativa e do valor de que tiver a coragem de empreendeder»

«P.P.J.»

Esta análise tem sido feita aliás por todos os Governos pós-25 de Abril, tendo inclusivamente o programa do IX Governo Constitucional em vigor referido ao escrever:

«Constituição da circunstância de todos os Governos constituídos após o 25 de Abril terem anunciado a intenção de modernizar e reformar os serviços de Administração Pública, sem que, no entanto e até ao momento, se tenham feito sentir, em termos práticos, os efeitos significativos desse estado de espírito.»

De facto uma breve leitura dos Programas dos Governos Constitucionais ilustra bem a profundeza das promessas que o tempo e a inépcia se encarregaram de não fazer cumprir.

Falta de imaginação, talvez, mas sobretudo ausência de coragem política foram as razões que determinaram esta insuficiência.

Em termos de resistir à tentação de reduzir a um recetivário de medidas técnicas, por mais imaginativas que sejam, a resolução de um problema por via tecnocrática.

A questão da Reforma Administrativa do Estado não é sobretudo um problema técnico, é antes de mais um problema político porque fere interesses estabelecidos e colide com os mecanismos de exercício de Poder.

4. Transparência e participação

«Como passar de uma "democracia estatística" em que cada cidadão é contabilizado como

uma unidade abstracta, convocada periodicamente para passar pelo seu voto, um "cheque em branco" a um eleito ou a um dirigente que poderá dispor deste mandato à sua vontade ou segundo as directivas do seu partido, mas, em todo o caso, fora de controlo permanente do seu eleitor, a uma democracia efectivamente participativa e associativa?»

ROGER CHARAUDY

Já atrás chamámos a atenção para os movimentos que, reagindo contra a excessiva dependência do Estado Administração, consequência da sua progressiva macrocefalia e carga burocratizante, bradam pela participação dos cidadãos como expressão do desejo generalizado de intervenção, de um modo ou de outro, mais sensível e real na tomada de decisões que tenham a ver com o interesse colectivo.

Torna-se importante e cada vez mais exigência social, diminuir a distância entre o cidadão e o Poder.

Soluções anteriormente já defendidas como a revisão da lei eleitoral para a Assembleia da República, a descentralização do Estado e a maior eficácia da Administração Local assim como a institucionalização do referendo para isso contribuíram certamente.

Mas importa salientar outros vectores que parecem de particular acuidade na presente realidade.

a) **Transparência:** a participação dos cidadãos pressupõe a transparência dos mecanismos de tomada de decisão e a sanidade dos veículos de informação. Sem esses pressupostos, a participação democrática dos cidadãos não existirá ou será de nulo efeito por ausência de informação ou mesmo por falsa informação ou inexactidão.

b) **Espaços de liberdade:** na sua acção, o Estado deve resistir à tentação de, para todos os problemas que se lhe colocam, criar departamentos oficiais num alargamento doentio do Estado Providência.

O apoio a auto-organização dos cidadãos, sem que represente qualquer forma de anarquia ou falso populismo de base, deverá ser considerado e desenvolvi-

do com a lógica de Thoreau «o melhor Governo é aquele que governa menos».

D — CONCLUSÃO

As tarefas que resultam das exigências da modernização do Estado e da «operacionalização» do seu funcionamento são urgentes e impõem-se no curto prazo.

A crise que atravessamos, a integração europeia que ambicionamos e a apatia social que constatamos desenham-nos horizontes bem negros se a incapacidade do Estado se reformar for um recuo tomado realidade e causa responsável pelo adiamento do progresso e o aumento das tensões.

As transformações que apontamos nos partidos, na Administração e nos órgãos do poder político, a verificarem-se, proporcionar-nos-ão decerto um Portugal melhor, com um Estado mais eficaz e provavelmente com um rumo mais certo e desimpedido, de desenvolvimento e progresso.

Mas como vimos na parte I não são apenas exigências tecnocráticas as que cabem no nosso raciocínio e na nossa vontade.

Não queremos melhorar o funcionamento do Estado centralista porque não é cada vez mais esta a nossa concepção de Democracia participativa e porque, como vimos, há problemas e anseios a que aquele não consegue dar resposta.

O modelo de Estado Regionalizado cujos contornos defendemos aparece assim como meta menos próxima, objectivo não tão visível, mas é nesse sentido e com esta vontade que equacionamos as reformas a adoptar.

As novas emergências que apontamos, o mundo novo que queremos preparar, levam-nos a necessitar da defesa desse Estado Regionalizado como nova forma de organizar o Estado e defender a Democracia, de modo que o cidadão veja aumentados os seus espaços de liberdade e de controlo do Estado que o serve e rege.

Parte III

(Para) Que País?

A — INTRODUÇÃO

Estando detrimidos os contornos que determinarão o quadro em que Portugal se moverá nos próximos 15 anos (geográficos, demográficos, condicionantes financeiros externas e internas, inserção na CEE, regime político) cabe-nos agora reflectir e decidir que modelo de desenvolvimento queremos colectivamente adoptar como nosso, para este final de milénio.

A visão clássica corresponderá uma resposta tradicional com uma componente mais ou menos estatizante conforme a «cor» dos governos em funções:

- Rigor nas contas públicas
- Liberalização económica
- Fomento de certos sectores industriais/agrícolas
- Lançamento regular de obras públicas de infra-estruturas
- Continuação das políticas de promoção social

A questão que agora se nos coloca, é se este conjunto de respostas corresponde a um modelo viável não só economicamente possível, mas contribuindo sobretudo para o aumento da auto-determinação dos cidadãos em relação ao quotidiano e ao futuro de cada um individualmente e do País em geral.

Ou seja, não terá qualquer sentido ir aumentando percentualmente o rendimento disponível *per capita*, se não houver a correspondente distribuição efectiva do PODER pelos cidadãos, dando corpo ao verdadeiro significado da palavra DEMOCRACIA.

Hoje, a opção Social Democrata não se esgota já nas respostas clássicas de Bernstein, uma vez que muitas delas se encontram realizadas ou ultrapassadas. No entanto, a preocupação básica continua a mesma:

- Fazer coincidir num mesmo sistema político — ou seja, na vivência concreta e diária dos cidadãos — a Democracia Política, Económica e Social.

B — ENQUADRAMENTO DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO

Uma aposta na Qualidade

Portugal, quer pela sua dimensão e situação geográfica, quer pelas razões políticas já referidas, deverá apostar decisivamente na qualidade como vector, não só de desenvolvimento económico, mas também de dinamização social.

A opção na qualidade deve ser entendida na sua tripla dimensão de aposta na qualidade individual dos portugueses, qualidade do ambiente e qualidade dos bens e serviços.

Esta tripla aposta reside no reconhecimento de que a razão última e o destino de toda e qualquer acção política é o Homem a quem deve ser dada a oportunidade para o pleno desenvolvimento de todas as suas potencialidades, numa perspectiva de solidariedade que não se esgota na dimensão do presente mas que se prolonga para com as gerações futuras.

Esta opção implica pois que as decisões políticas e económicas, participadas e transparentes que sejam estão à partida condicionadas pela preservação do ambiente e gestão racional dos recursos, numa atitude eminentemente ética, face ao que foi a caminhada da Humanidade e as alternativas que se abrem para o seu devir.

C — O HOMEM E A QUALIDADE

Por definição, toda a política que se reclama de humanista, como é a presente proposta, constrói-se a partir de e para o Homem. E se se realiza com as pessoas existentes num dado momento histórico, logo procurando dar resposta às suas necessidades e aspirações, não se esgota contudo, na mera gestão do presente e terá como objectivo a construção do futuro, valorizando forçosamente a juventude. Com efeito, não há futuro que não esteja contido na prática do presente.

Estes aspectos aliados ao facto de Portugal ser um País de recursos escassos, levam-nos a constatar que o principal recurso nacional é a sua população. É pois, prioritária uma aposta na valorização e desenvolvimento das potencialidades individuais e colectivas dos Portugueses, muito especialmente dos jovens.

Estes enfrentamos presentes, em Portugal, uma situação difícil e irremediavelmente comprometida do futuro de muitos. Nasceram ou educados na década de crise do pós-guerra, os jovens encontram crescentes dificuldades de integração profissional e pessoal, pois não fazendo parte do sector «protegido» da economia, sofrem em cheio o embate da crise e as dificuldades das mudanças a ela inerentes, e para as quais não se encontram preparados.

A política de juventude não se traduz em termos de dotação orçamental dos programas que têm a Juventude como alvo, mas consubstancia-se fundamentalmente no reconhecimento do espaço próprio de intervenção dos jovens e na concessão do direito de cidadania à sua participação no processo de tomada de decisão e na vida do tecido social.

Esta prioridade dada à política de Juventude não pode contudo ignorar os direitos e necessidades da restante população, particularmente numa época de crise em que dolorosas reconversões do aparelho económico geram situações de desemprego e inadaptabilidade para muitas dezenas de milhares de pessoas. A minimização desta situação só será viável com a adopção de um conjunto de acções que têm a ver com a formação profissional, o papel dos órgãos de comunicação social, especialmente a televisão, o combate ao analfabetismo, entre outras.

1. A Política de Juventude

Se a evolução demográfica portuguesa apresenta, nos últimos anos um crescimento absoluto real, contrastando a tendência das duas décadas anteriores, devido fundamentalmente à diminuição da emigração, é igualmente constatável um aumento progressivo do índice de envelhecimento.

Este facto, aliado ao contexto internacional de elevada competitividade e de grandes transformações estruturais nos sistemas económicos, leva-nos a considerar que a adopção de uma verdadeira política de promoção da qualidade na educação e formação dos jovens será a única forma de, não só lhes garantir condições mínimamente viáveis de construção do seu próprio futuro, mas também de permitir a Portugal manter e melhorar a sua posição no contexto das nações.

Partindo da situação actual, verifica-se que embora positiva nos últimos anos, a análise do fluxo de

MOÇÃO DE ESTRATÉGIA GLOBAL

restos, a recente evolução das ciências e tecnologias ligadas aos sectores da bioquímica e genética, tem revelado que uma das maiores riquezas ao dispor da Humanidade é o património genético Universal.

As políticas de conservação da Natureza e do Ordenamento do Território, têm pois, de deixar de ser consideradas como aspectos marginais ou luxos das sociedades de abundância, passando a residir no cerne do processo de desenvolvimento.

Paralelamente e tomando a Qualidade do Ambiente no seu sentido restrito, haverá que definir níveis de qualidade físicos, químicos e biológicos, e normativas rigorosas regulamentadoras da actividade económica, de modo a que sejam garantidas condições propícias à vida.

Um outro aspecto a tomar em consideração numa política de Qualidade do Ambiente é o que se relaciona com o quadro de vida urbana. Deve ser combatida a tendência que levou por um lado à construção de cidades dormitório em torno de Lisboa e Porto, e por outro lado, à uniformização dos centros urbanos do interior descaracterizando a sua traça, cultura e vivências específicas e reduzindo-as a pequenas cópias das metrópoles urbanas.

O conceito de urbanismo que se defende assenta, pois, tal como o restante modelo de desenvolvimento, no Homem. A gestão do espaço urbano deve assumir ser feita em função do Homem concreto, respeitando as múltiplas particularidades regionais e procurando integrar em espaços harmoniosos os centros de habitação, trabalho, lazer, cultura, etc.

Igualmente devem ser preservados e valorizados os aspectos estéticos das paisagens, pois a Qualidade do Ambiente não se resume à verificação do cumprimento dum conjunto de valores obtidos laboratorialmente, antes diz respeito à toda a envolvente da vida e da resposta que esta consegue dar à busca da felicidade a que cada homem tem direito.

Para a prossecução dos objectivos acima mencionados, importa ter em linha de conta o papel cada vez mais importante da acção directa dos cidadãos, individual ou organizadamente, pois tal não será possível sem uma consciência cívica e ambiental assumida activamente.

Ha pois que reforçar o papel e as possibilidades das associações de cidadãos, reconhecendo-as como parceiros de pleno direito, aos diversos níveis, na elaboração e execução dos projectos de desenvolvimento. Para além dos efeitos imediatos alcançados pelo empenhamento destas associações, não é também de menosprezar o valor pedagógico e o enriquecimento de que a participação se reveste para o indivíduo e para a colectividade.

volventes e condicionantes da economia como sejam os energéticos, de informação e de transportes, etc.

— Criação de um ambiente propício ao florescimento das iniciativas e actividades, removendo nomeadamente os estrangulamentos existentes.

1. Promoção da Qualidade

Para além das razões já aduzidas, a simples constatação da nossa dimensão, leva-nos à conclusão imediata de que apenas nos poderemos impor em pequenos e especializados segmentos dos mercados internacionais.

Hoje a conquista destes mercados significa produzir em qualidade não só devido ao mero jogo da concorrência mas também pelas exigências crescentes dos consumidores.

Para tal impõe-se uma acção coordenada, utilizando dos instrumentos mais adequados e entre os quais se destaca:

- Formação
- Normalização
- Metrologia
- Certificação e Qualificação
- Design
- Embalagem
- Relações Públicas

A implementação destes instrumentos passa, no imediato, por um esforço muito grande na formação de profissionais e na abertura de carreiras técnicas nomeadamente nos campos acima referidos, e na sensibilização dos agentes económicos e administrativos para a importância da adopção de uma lógica de qualidade. Esta lógica é aliás fundamental para a sobrevivência e desenvolvimento dos sectores de serviços, agroalimentar e farmacêutico, por exemplo, para os quais Portugal apresenta potencialidades e vocação que são hoje, internacionalmente, sectores de ponta, caracterizados por apertadas exigências de qualidade.

Como parte integrante desta política é indispensável a clarificação e reestruturação dos organismos responsáveis pelos aspectos mais específicos, bem como uma constante abertura à racionalização e inovação.

2. Inovação

A par da busca da qualidade, a adopção sistemática de uma atitude favorável à inovação, deve ser outro vector fundamental do modelo de desenvolvimento.

Inovação não diz respeito apenas à adopção de novas tecnologias ou a criação de novas actividades, mas passa também pela aplicação de conhecimentos antigos a soluções novas, como forma de optimizar os meios já existentes, e sobretudo pela criação de um clima estimulante e em que o risco seja recompensado e sentido como algo socialmente útil.

Não será certamente fácil a substituição de um sistema caracterizado por mecanismos de segurança corporativista, por outro aberto e flexível, pois são muitos os instrumentos que é necessário mobilizar e poderes os interesses a prejudicar. Entre eles salienta-se:

- Sensibilização generica da população fazendo-a sentir que a inovação tem a ver com o seu quotidiano e que uma atitude aberta e voluntarista pode contribuir para a melhoria das condições de trabalho, de vida, etc.
- Melhoria da rede de transmissão de informação, seja científica, económica, politica, etc.
- Apoio a múltiplas iniciativas destinadas a fomentar a apresentação de projectos e ideias novas, sobretudo no âmbito da juventude.
- Criação dos meios institucionais e financeiros que possibilitem a viabilização de projectos inovadores e que hoje são rejeitados pela falta de base patrimonial ou de capacidade de assunção isolada do risco pelos seus autores.
- Promoção do intercâmbio entre os sistemas de investigação, formação e económico, sobretudo nas áreas de desenvolvimento consideradas como estratégicas — electrónica, biotecnologia, óptica, etc.
- Mobilização dos recursos provenientes do sistema de compras do Estado e sector público como apoio ao desenvolvimento de protótipos e aparecimento de novos produtos.
- Ligação crescente dos sistemas de remuneração e promoção ao merito profissional, diminuindo os factores estáticos de segurança e valorizando o risco.

— Apoio a múltiplas iniciativas destinadas a fomentar a apresentação de projectos e ideias novas, sobretudo no âmbito da juventude.

— Criação dos meios institucionais e financeiros que possibilitem a viabilização de projectos inovadores e que hoje são rejeitados pela falta de base patrimonial ou de capacidade de assunção isolada do risco pelos seus autores.

— Promoção do intercâmbio entre os sistemas de investigação, formação e económico, sobretudo nas áreas de desenvolvimento consideradas como estratégicas — electrónica, biotecnologia, óptica, etc.

— Mobilização dos recursos provenientes do sistema de compras do Estado e sector público como apoio ao desenvolvimento de protótipos e aparecimento de novos produtos.

— Ligação crescente dos sistemas de remuneração e promoção ao merito profissional, diminuindo os factores estáticos de segurança e valorizando o risco.

3. Gestão dos recursos naturais

Pode ser afirmado que Portugal tem desprezado de uma forma sistemática a utilização racional dos seus recursos, talvez porque durante muito tempo baseou a economia em «inputs» que lhe vinham do exterior — África, emigrantes, turismo — e pouca atenção foi prestada à descoberta das suas potencialidades específicas. Este caminho, começado há 500 anos com a desertificação humana do interior originada pela miragem da riqueza fácil que as Índias pareciam proporcionar, veio a virar-se progressivamente contra o País como se de irónica vingança do Velho do Restelo se tratasse.

Nem hoje recursos não explorados e aos quais nunca prestamos atenção, a par de outros que apesar de óbvios são continuamente malbaratados.

No primeiro caso, estão muitas actividades do sector agro-industrial, como sejam a floricultura, os aromáticos naturais, a aquacultura, etc.; no segundo é gigante a situação relacionada com o património florestal, da caça e da pesca, dos recursos hídricos, etc.

A abordagem interdisciplinar da gestão dos recursos naturais pressupõe:

- Inventariação regional dos recursos utilizáveis.
- Estudo e desenvolvimento das técnicas de exploração, utilização e reciclagem dos recursos.
- Estudo das relações reciprocas entre a popula-

ção, o ambiente e a gestão dos recursos, de modo a melhor conhecer os impactos das diversas alternativas possíveis e harmonizar o modelo de desenvolvimento.

Reformulação das estruturas institucionais de gestão de recursos, descentralizando-as e fazendo participar de forma activa vários agentes interessados, sejam eles de índole administrativa, económica ou associativa.

4. Gestão do Sistema Envolvente

Em Portugal, ao longo dos últimos anos os sistemas envolventes da actividade económica, nomeadamente energética, transportes, financeiro, etc., foram-se progressivamente degradando através da sobreposição de múltiplas decisões descoordenadas, o que teve como resultado final uma situação fortemente penalizadora da posição concorrencial da economia portuguesa.

Com efeito, o ónus que hoje representa uma incorporação energética no produto superior em 46% à média europeia; sistemas ferroviários, rodoviários e portuários caóticos e em que as taxas por tonelada movimentada chegam a ultrapassar largamente os valores médios internacionais; um mercado de capitais inexistente e um sistema de crédito oneroso, rígido e de base meramente patrimonial; tem como resultado que, por mais modernas e melhor geridas que sejam as unidades económicas, os produtos finais serão forçosamente caros e sofrerão de dificuldades de escoamento.

Sistema Energético

Sem exagero, pode-se afirmar que em Portugal não tem havido gestão do sistema energético. Abandonado às políticas de investimento das grandes empresas publicas responsáveis pela oferta de energia — EDP, Petrol, PGL, etc. — tem sido praticamente desprezada a orientação da procura que deveria tender para que as decisões individuais dos consumidores correspondessem globalmente à situação de maior eficiência e de menor custo para o País.

Com efeito, desde o começo do aquecimento electrico que prolifera nas casas (rendimento global = 27%) a laboração de centras termoelectricas a fuel, o panorama é desolador. Uma solução que minore as actuais insuficiencias passa pela adopção corajosa de algumas decisões, entre as quais destacamos:

— Realizãdo do denominado Plano Energético Nacional/84, corrigindo as vanaxes, artificialmente empoladas, de forma a beneficiar o nuclear e introduzindo-lhe um rigor de analise financeira de que actualmente este carece.

— Multiplicação de pequenas iniciativas locais tendentes à adopção pelos consumidores de formas mais racionais de uso de energia (co-geração, aproveitamento de residuos, utilização de formas passiva e activa de energias renováveis, etc.)

— Utilização do sector das compras do sector publico e administrativo, como garante de mercados no desenvolvimento e comercialização de modelos nacionais de colectores solares, planos ou de outras tecnologias ligadas ao aproveitamento de energias renováveis.

— Promoção de acções de informação, educação e sensibilização.

Sistema de Transportes

A sua racionalização passa, por um lado, pela execução por parte do Estado de alguns investimentos infra-estruturais — reformulação do sistema ferroviario, concretização da navegabilidade do Douro e do Tejo, conclusão dos itinerários principais rodoviários e reestruturação do sistema portuario, melhorando a sua gestão e vocacionado os diversos pontos para tipos bem determinados de carga, e por outro lado pelo aumento dos graus de liberdade deixados à iniciativa privada neste dominio.

No fundo, trata-se de delinear as soluções mais económicas para o manuseamento e escoamento interno dos principais grãos (cereais, carvão, hidro-carbonetos, jogando com a optimização dos fretes marítimos internacionais, prossequindo em paralelo com a flexibilização das escolhas que os agentes económicos devem poder fazer no que respeita a cargas específicas (contentores, produtos manufacturados, etc.).

Simultaneamente deve ser posto cobro à situação vergonhosa que se vive na Marinha Mercante.

67 milhões de contos pagos em 1983 no fretamento de navios estrangeiros a uma média de 22 USD por tonelada, contra a taxa média internacional de 17 USD, deixam-nos serias dúvidas sobre quem está realmente interessado em ganhar com a destruição da Marinha Mercante Nacional.

Assistimos a uma situação pior que a de muitos países do 3º Mundo. Apenas 14% da carga transportada por mar é feita em navios com bandeira portuguesa, navios esses cuja idade média ultrapassou há muito o limiar da rentabilidade.

Se os estaleiros navais atravessam a conhecida crise de falta de trabalho, se a Marinha Mercante e a Pesca estão como estão, a solução parece-nos óbvia. Pergunta-se por que não se inicia desde já a modernização da frota e a racionalização da gestão do sector?

Uma última observação no que respeita às caóticas estruturas de movimentação de passageiros nos principais aglomerados urbanos. A irracionalidade global das soluções adoptadas e o sistema de tarifas portuguesas de transporte individual, que em muitas situações seria perfeitamente desnecessario. Combustível desperdiçado, horas de trabalho perdidas, parque automovel envelhecido, stress acrescido, são alguns resultados visíveis, sendo o quadro geral agravado por uma

política de urbanismo à margem das mais elementares normas de gestão integrada do espaço urbano.

Mais uma vez se evidencia a incapacidade global do sistema de regulação: o Estado Central e incapaz de ter uma visão horizontal do problema dos transportes; a inexistência de estruturas regionais — nomeadamente de coordenação nas áreas metropolitanas — leva à não interligação dos varios tipos possíveis de ofertas; a falta de capacidade das autarquias no que respeita ao ordenamento do território leva aos casos urbanísticos que todos conhecemos. Pensamos que, tal como para os outros sectores, só a regionalização associada à revisão do sistema de tomada de decisão poderá contribuir para a melhoria do panorama.

Sistema Financeiro e Sector Empresarial do Estado

A caracterização destes sistemas já foi feita quer de forma dispersa ao longo deste documento, quer de forma mais profunda em análises efectuadas em forums especializados.

A primeira ideia que gostaríamos de reter é que o não funcionamento global das empresas publicas do sistema financeiro é da responsabilidade quase exclusiva dos sucessivos governos e dos partidos politicos.

Mais que a incapacidade global de conceptualizar modelos para o futuro dos sectores e subsectores envolvidos e de delinear as acções e instrumentos necessários à gestão da mudança, os governos e os partidos têm reus do uso que fizeram e continuam a fazer dos lugares de nomeação publica. Da tradicionais e nefastas «cunhas», evoluímos para uma apertada malha de clientelismos em que a lógica da subterfúgio, dos favores e dos compromissos prosritu e iniqua e o relacionamento humano, sobretudo ao nível de quadros dirigitos.

Se o pós-25 de Abril conduziu em muitas empresas, à perseguição e desvalorização da função do «encarregado», a praxis dos últimos governos continuou esta tendência, prolongando-a para os níveis dos quadros técnicos. Sem estruturas de quadros médios eficazes, motivadas e portadoras de legitimidade adquirida pelo metodo pessoal e profissional, nas esquemas ou sistemas que funcionem, muito particularmente quando pensamos nas grandes empresas produtivas ou de serviços do sector empresarial do Estado.

Há que inverter rapidamente a lógica do sistema, retirando ao Governo a tutela destas empresas.

Somos favoráveis à nomeação, por empresa ou sector, do equivalente aos «Board of Directors», constituídos por cidadãos de origem diversificada de reconhecido merito, cuja função seria a de representantes dos accionistas, ou seja de todos nós. Competir-lhes-á a nomeação e despedimento dos gestores, aprovação de planos e contas, enfim as funções de controlo de uma gestão profissionalizada e independente. Se houver se foi acumulando e se proceder à reformulação institucional apontada, pensamos que estará aberto o caminho para a modernização e flexibilização da economia portuguesa.

As acções publicas não cabe a preponderância que se teoriza proximas de um idealismo estatuante e ultrapassado lhe cometam, cabe-lhe no entanto, ja que existe de facto, a satisfação de determinadas funções produtivas e de serviços e um papel moralizador dos mercados, pelos níveis de preços e eficiência que conseguem.

Uma observação final sobre a flexibilização dos mercados financeiros, legislação laboral, e outros factores relacionados com o ambiente envolvente da actividade económica.

Temos observado em Portugal a continuação da luta entre um sector empresarial privado virado para o passado (nunca as empresas foram tão pobres e os empresários tão ricos), um sector publico paralisante e um sector sindical clássico, vocacionado quase exclusivamente para a repartição de um bolo cada vez mais magro.

Pela nossa parte defendemos uma outra lógica económica em que a flexibilização não seja um meio de mera transferência de poderes entre os agentes em jogo (por exemplo a tão falada revisão da lei dos despedimentos), num quadro global de referencia estático como o actual.

A flexibilização que é necessário operar, visa sobretudo a abertura da porta do futuro e a viabilização de ideias, projectos e produtos. Assim, as politicas sectoriais a adoptar devem ter como preocupação básica a criação de um ambiente envolvente favorável à acção dinâmica dos agentes economicos e sociais.

5. Agricultura

Se terminamos com uma referencia explicita a agricultura, fazemo-lo porque este sector não só ainda ocupa mais de 25% da população activa, como é um dos grandes responsáveis pelo deficit estrutural da nossa balança de pagamentos.

A situação neste sector é a de todos os titulos lamentavel. Um recente relatório do Banco Mundial (Agosto, 84) vai ao ponto de afirmar que tudo o que havia a dizer foi dito há 15 anos e que as únicas alteraçoes verificadas, são as induzidas pela baixa progressiva da produtividade.

Efectivamente, a produtividade média de cada hectare de cereal em Portugal estava, no inicio da década de 70, entre 20 a 23% da produtividade de um hectare médio na CEE, enquanto que presentemente esse numero anda entre os 13 e os 17%. Ate no caso do arroz em que a produtividade comparativa era de 88%, estamos hoje com 74%.

No entanto, o diagnóstico já foi feito recodidamente e as terapêuticas apontadas. Falta a competência e coragem para iniciar a concretização das medidas apontadas.

E — A ECONOMIA NUMA PERSPECTIVA DE QUALIDADE

Ao reflectirmos sobre o modelo que queremos e que gostaríamos de ver implementado em Portugal, será conveniente atentar um pouco no caminho percorrido nos últimos anos, e no qual distinguimos duas fases bem vindicadas.

A primeira fase vigorou durante os trinta anos subsequentes à II Guerra Mundial, e terminou abruptamente, iniciando-se a segunda em 25 de Abril de 1974 e 11 de Maio de 1975.

O traço predominante do primeiro periodo foi a existencia de um conjunto de grupos economicos poderosos que reproduzem internamente o sistema economic, integrando actividades dos sectores primario, secundario e terciario. Da agricultura à industria pesada, passando por meios autonomos de financiamento, pode-se afirmar que cada um destes grupos era um pequeno estado dentro do Estado.

Ao nacionalizá-lo, o Estado tentou funcionar como um Supergrupo, coordenando e racionalizando o funcionamento do sistema economic. Tal não se verificou. Perdida a integração vertical que assegurava as ligacoes inter-sectorais e permitia a mobilização de meios, assistiu-se a fragmentação do sistema, passando cada unidade a procurar o seu espaço proprio. A crise internacional, as mutacoes tecnologicas e de mercado, a instabilidade politica e laboral, e a irresponsabilidade na gestão, a inflação dos mecanismos administrativos e burocráticos, conduziram obviamente o sector publico a uma situação deplorable sob todos os pontos de vista.

Quando ao sector não nacionalizado em 1975, correspondia essencialmente as pequenas e medias empresas, a maioria das quais não dispunha então, como não dispõe hoje, das estruturas financeiras, técnicas e comerciais necessárias a uma sobrevivência saudável num universo global caracterizado pela crise, aumento da competitividade, mutações bruscas, etc.

Ha, pois, que definir as linhas mestras do modelo de desenvolvimento que queremos construir e que, não só seja coerente com o modelo global de democracia politica e social que temos vindo a apontar, como partindo da situação presente e por ela condicionada, permita dar o salto qualitativo que há 10 anos foi prometido aos portugueses.

Este modelo assenta numa aposta muito forte na qualidade, na inovação, na flexibilização e no desenvolvimento integrado concebido e exercutado regionalmente.

Fazer coincidir as aspirações individuais, a identidade específica e a cultura de cada região com um ambiente de elevada mobilidade e competitividade móvel e aquece em que hoje vivemos, será o desafio que nos propomos e que tem implicação uma profunda reorganização do Estado, não só sob o ponto de vista estrutural, mas fundamentalmente no que respeita a redifinição do seu papel. Este desdobra-se em objectivos fundamentais:

- Gestão do relacionamento e posicionamento de Portugal no Mundo, numa perspectiva que ultrapasse a anteriormente assumida de mera representação da soberania, passando a assumir um papel activo e dinamico de valorização da nossa posição concorrencial.
- Promoção da gestão racional dos sistemas en-

MOÇÃO DE ESTRATÉGIA GLOBAL

Parte IV

(Com) Que JSD?

QUE JSD QUEREMOS SER?

Na análise que até aqui produzimos, as metas que apontámos e as orientações que definimos nascem de um mero interesse intelectual se não em tradução efectiva na nossa prática política. necessário também definirmos o que é que a leve fazer no quadro que atrás desenhámos para termos dar resposta ao que a JSD deve ser. De acordo com as orientações que coexistem sobre o grau, o estilo da nossa intervenção.

facto, com o mesmo ideal e o mesmo sentido nos intervirmos de modos muito diferentes, correspondendo a diversos tipos de organização política, oportunidades distintas e riscos diversos.

os de saber até onde queremos ir. Se depois de tudo a coragem política para lutar por ela. Se querermos consequentes ou apenas mais uma voz no coro de ideias e na penitente indiferença que não é rigorosamente transformada a paisagem portuguesa.

usamos em quatro parâmetros o balizamento questão fundamental que ora se nos coloca: **JSD QUEREMOS SER:**

- 1. Posicionamento face ao poder
- 2. Espaço de intervenção
- 3. Estrutura

1. POSICIONAMENTO FACE AO PODER

Definidas as linhas e metas que envolvem a criação do Poder e grandes reformas de funcionalidade que somos, poderemos questionar se há sugestões nos outros que adoptem as soluções. Se quem foi capaz de apontar os erros terapêuticos deve limitar a isso a sua intervenção construtiva.

o vamos fazer para seleccionar os apoios que conceder aos que (se é que existem) quiserem apoiar as nossas ideias?

chegarmos à conclusão, como nos demonstraram estes anos que passaram, que estão adas ao fracasso as ideias originais que não protagonizadas por uma força política consistente ao nível do Poder.

os que ser os protagonistas das soluções que os encontram, conscientes de que ninguém se fará benevolente e gratuitamente com o consentimento do futuro que nos pertence.

linha concluímos que a JSD só será consagrada se se aproximar do Poder, para, assumindo a medida das suas possibilidades, protagonizar soluções que defenda.

validada a curta, mas rica em situações e experiências da JSD, constatamos que a curva elevada do nosso crescimento coincidiu marcadamente com o aumento sensível da nossa força

os sucessos eleitorais dos estudantes socialistas que contribuíram decisivamente para o sucesso da nossa organização.

ênica ao Poder, inteligente e desinibida, que jogou a simpatia dos jovens que ainda acreditavam numa juventude onde grassa cada vez

leza, a apatia e a revolta, terá de corresponder uma organização de base eminentemente socializante em formas participativas e consciencializantes e a constituição do Poder e o

se-á da maior organização de juventude que esse posicionamento face ao Poder. dada a ineficácia do Estado, a paralisação do sistema e a incapacidade da geração que nos encontramos, mais não resta que a denúncia, o ataque aos Sistemas, o ataque ao Poder, sede-se estado ou nas oligarquias partidárias.

linha concluímos que a JSD só sobreviverá se organizada de juventude, se liderada e se crítica ao Poder constituído, fazendo-se

porta-voz da revolta grassante na juventude desiludida e canalizando a agressividade de uma forma participativa na base da acção social.

2. ESPAÇO DE INTERVENÇÃO

A. Para quem pretende protagonizar as soluções políticas que definiu haverá que, como atrás ficou referido, aproximar-se do Poder.

A JSD já dispõe de algumas posições importantes, nomeadamente na Assembleia da República, nas Autarquias Locais e nos órgãos do PSD. Mas haverá, não só que dar um conteúdo mais útil e mais alargado à acção que temos vindo a desenvolver naqueles níveis, como carecemos de alargar quantitativa e qualitativamente os espaços da nossa intervenção junto do Poder.

Isso pressupõe também que mais do que denúncias ou alertas temos de transformar a nossa acção política em soluções pragmáticas susceptíveis de aplicação por decisão dos órgãos que podemos determinar substancialmente.

Pressupõe igualmente que na hierarquia das nossas prioridades políticas devemos preferencialmente agir e intervir nos meios, áreas e momentos em que isso nos possa trazer vantagens no alargamento da nossa influência onde já intervimos ou na conquista de novas posições.

Nesta linha concluímos que os espaços de intervenção preferencial da JSD deverão ser os que devem assegurar ao poder os que permitirem que esta seja determinante na fiscalização.

B. Para quem pretende galvanizar os jovens e liderar a revolta contra o poder não só há que desprezar os espaços de intervenção que andam na orla da realidade, mas haverá mesmo que evitar qualquer excessiva ligação que possa atrair a imagem pública exterior que se pretende dar.

A intervenção estudantil, os novos espaços de intervenção social ligados à defesa do património cultural, do património natural, e tudo o que constituam formas de organização de base ou actividades não inerentes em quaisquer fórmulas orgânicas deverão ser encorajadas e promovidas.

O associativismo de base deverá ser incentivado e deverão realizar-se actividades de carácter cultural e recreativo, que juntem os jovens num convívio saudável e os leve a unir-se em torno de sua intervenção social.

Espectáculos de música, jornais de jovens, acampamentos de férias não exemptos de espaços não convencionais onde a JSD deverá intervir e que deverá promover.

Nesta linha concluímos que os espaços de intervenção preferencial da JSD devem ser os que permitam a concentração e sensibilização dos jovens para uma acção social liderada pelos social-democratas.

3 - DISCURSO

A. O nosso discurso terá de ser antes de mais um discurso responsável. Intervindo no Poder não falamos só ou talvez preferencialmente para os jovens, mas para a opinião pública que acompanha a nossa acção e que tem de compreender e aceitar a nossa intervenção. Mais do que que criticar teremos de propor.

Teremos mais do que nos preocupar com o pontual ou pormenor ainda que de questões que afectem directamente os jovens, incidir sobre as situações estruturais que apontamos como principais responsáveis pelo estado em que o País se encontra.

E muitas vezes pelo desmontar destes esquemas ultrapassados e situações de injustiça estrutural teremos de fazer um discurso pedagógico que gere a compreensão em volta das medidas, algumas delas difíceis ou pouco populares, que preconizamos e nos não importamos de protagonizar.

Terá de ser um discurso novo, uma nova forma de ver o Poder, a sociedade e o Estado sem que por excesso de vanguardismo assumamos os nos desacreditemos.

Nesta linha concluímos que o discurso de quem se situa no limbo do Poder é um discurso moderado, mais racional que emocional, mais construtivo que agressivo, mais pedagógico que sensateza ou chamativa.

B. O nosso discurso terá de ser antes de mais um discurso descontente. Galvanizando os jovens que nos rodeiam temos de saber exprimir melhor o descontentamento, a angústia e a revolta que, ao fim e ao cabo todos sentimos.

Temos de falar sobretudo para a nossa geração. Aquilo que o Poder pensa sobre nós, ou mesmo a opinião pública, é relativamente pouco importante.

Temos de falar a linguagem de mais que nos rodeia. Não podemos ser os juízes dos esquemas que contestamos mas, antes de mais, mais nova que pensa que a política abre um espaço de intervenção social onde, participando, se pode criticar e condenar todas as situações que merecem a nossa discordância e o nosso desprezo. Terá de ser um discurso novo. Que enquadre a agressividade e a revolta em esquemas de participação social construtiva, que comece a falar do futuro sem secundarizar o presente de sacrifícios que todos atravessamos.

Terá de ser um discurso das coisas concretas e talvez alguns casos do pormenor. Não interessam as grandes justificações quanto o embate cruel com a realidade que nos cerca.

Nesta linha concluímos que o discurso que se situa no limbo do Poder é um discurso mais emocional que racional, mais agressivo que construtivo, mais sensateza que pedagógico, mais o hábito que pode ser entendido por grande massa dos desiludidos que ainda podemos chamar.

4. ESTRUTURA

A. Deve orientar-se no sentido de privilegiar o enquadramento dos nossos quadros.

A JSD forma muitos quadros políticos, a maior parte dos quais se afasta quando sai da escola ou constitui família.

Uma organização mais responsável terá de encontrar lugar para estes jovens que têm um papel a desempenhar.

O reforço da estrutura pensante da JSD com uma reestruturação global dos Gabinetes de Estudo e uma articulação diferente com o IPSD deverão conduzir a uma estrutura mais adaptada ao reforço da intervenção no Poder que corresponde ao estado de organização que estamos a definir.

Os esquemas de formação deverão ser também intensificados e alguns aspectos utilizados e especializados.

Nesta linha concluímos que a estrutura deverá aproximar-se do figurar próprio a uma organização de quadros.

B. Deve orientar-se no sentido de aumentar a quantidade e qualidade das nossas acções na base social.

A JSD viveu com energia e vigor os tempos em que o MA e a luta pela democracia impulsionaram o combate dia a dia, a expressão da agressividade do jovem na intervenção social, o forte sentido da solidariedade na luta. Devemos não só reforçar os órgãos de base que constituem a alma da organização, mas mesmo admitir a abertura das nossas iniciativas a jovens não comprometidos com a JSD ou qualquer outro organismo partidário.

Nalguns aspectos haverá mesmo que apostar em esquemas organizativos não formais que aproveitem as espontaneidades do jovem e as energias que irregularmente estes exprimem.

Nesta linha concluímos que a estrutura da JSD deverá aproximar-se do figurar próprio a uma organização de massas.

B. QUE JSD VAMOS SER...

Ficaram definidos 2 tipos de organização política para a JSD, que limitam o espaço de uma opção entre duas JSD's marcadamente diferentes.

Questou-se se a JSD de amanhã vai ser mais uma organização de Poder mas sem força social ou o catalizador do descontentamento social mas sem força no Poder.

Correspondem os dois retratos que definimos a duas fórmulas intrinsecamente coerentes e mais ou menos esquizofrénicas.

Dir-se-ia que falta apenas optar. Mas a ingenuidade dessa posição tão simples não se compadece com a complexidade dos riscos que cada uma delas comporta. Em boa verdade, qualquer delas não constitui solução para o tipo de organização que a JSD tem de ser.

Se optássemos pelo tipo de organização que definimos em primeiro lugar, onde veríamos cada vez mais jovens a afastarem-se de nós. A organização do Poder faria com que deixássemos de nos poder arro-

gar o título decorrente da circunstância de termos a maior organização da juventude portuguesa. E sem a força social que nos suporta em termos de legitimidade, cedo estaríamos totalmente dependentes do Poder que nos abrisse mais ou menos as portas.

Se optássemos pelo tipo de organização que definimos em segundo lugar, duvidoso é que, sequer, pudéssemos manter a relação umbilical que temos com o PSD, mas fundamentalmente seríamos uma organização de educandos incoerentes. Teríamos sem dúvida Força Social mas não teríamos na prática possibilidades alguma de lutar pelas transformações que entendemos fundamentais à viabilização do nosso futuro.

Em boa verdade, não estamos perante duas realidades inconciliáveis mas tão-só dificuldades conciliáveis.

Temos de preservar e diversificar o nosso contacto com a realidade social da juventude portuguesa, e temos de manter e aumentar a nossa intervenção no Poder.

Temos de intervir mais no Poder sem que disso resulte quebra de autonomia ou criação de dependências externas à vontade colectiva que nos reforma.

Temos de agir sobre os órgãos de base social e alargar as nossas acções aos jovens que recusam ainda estabelecer um laço mais formal com a JSD mas a que podemos chegar e que nos podem ouvir.

Temos de encontrar o discurso político que seja simultaneamente responsável e irreverente, construtivo e desmoralizador, pedagógico e desafiador. Não podemos falar e ser incoerentes mas não podemos calar as verdades. Haverá as questões e caminhos os problemas. A frontalidade não deve ser alheia à política e tivemos particularmente boas experiências disso.

A estrutura da JSD deve reflectir também este equilíbrio. Não há que optar entre povos e velhos. Todos são necessários à organização. Todos têm o seu lugar. E se temos que nos preocupar em não deixar sair odo de mais os valores de que a JSD necessita temos que nos debruçar igualmente sobre o sangue-novo que precisa de sentir que vale a pena lutar cá dentro. Se há que reforçar a estrutura pensante da JSD temos também que dinamizar as estruturas de base e nalguns casos encontrar soluções menos formais mas mais motivadoras.

Dir-se-á que é um equilíbrio difícil e ninguém poderá segurar essa verdade evidente. Mas é um equilíbrio do qual depende a sobrevivência da JSD como a concretizemos: a maior organização da juventude portuguesa capaz de formar opinião e agir sobre o Poder.

É uma responsabilidade que nos cabe a todos porque é um equilíbrio que se tem de encontrar no dia-a-dia a todos os níveis da organização. Comporta riscos, tensões e desafios. Por isso é silenciosa. Convém porém que disso nos lembremos quando nos momentos mais quentes ao nosso próprio ser, nas relações com o Partido ou com o poder evidenciarmos que isso resulta do tipo de organização que conscientemente quisermos ser.

Podemos ainda voltar atrás. Dizer que a JSD cabe apenas pronunciar-se sobre os problemas concretos dos jovens, ser o departamento juvenil do PSD, sem grandes preocupações que excedam este âmbito restrito. Podemos dizer que o futuro há-de chegar como uma inevitabilidade do destino sem que com isso nos preocupemos muito, acatando a marcha da História e os rumos que outros nos quiserem impor.

Para isso a JSD terá de escolher a equipa que souber interpretar este tipo de JSD que nós não queremos.

Se tratamos ao Congresso esta opção é para que se saiba que 2 anos após a Assembleia Suprema da JSD ter votado o Projecto Político para a Juventude Portuguesa e com isso ter apontado outras metas a organização, é importante que hoje comprometamos a estrutura nacional no esforço que se pede para cumprir o Projecto.

Se simultaneamente a maior organização juvenil de base social e a que tem mais intervenção junto do Poder e quer alargar esta situação de forma a protagonizar a mudança que se propõe é sem dúvida um esforço redobrado para a organização.

Mas se este Congresso o aprovar com a consciência do desafio que isso a todos coloca deixa de ser o sonho dos jovens para se transformar no principal desafio político assumido pela principal organização da juventude portuguesa.

Al como se escreveu na Introdução ao Projecto Político para a Juventude Portuguesa, «Seremos intransigentes na defesa do que nos é mais caro: O NOSSO FUTURO E O FUTURO DO NOSSO PAÍS».

ÍNDICE DESENVOLVIDO

INTRODUÇÃO

QUE SOCIAL-DEMOCRACIA

- Os Desafios das Doutrinas Tradicionais
- Os Mesmos Valores, Uma Nova Expressão
- 1. A liberdade
- 2. A igualdade
- 3. A solidariedade
- Os Novos Valores
- 1. A Participação
- 2. A Felicidade
- 3. O Ambiente
- O Futuro Já Começa
- QUE ESTADO
- (EM) - Introdução

B - O Estado Regionalizado Que Queremos

C - A Reforma do Estado Que Temos

- 1. Partidos e Agentes Políticos
- 2. Órgãos de Poder
 - Autarquias Locais
 - Assembleia da República
 - Presidência da República
- 3. Modernizar o Estado
- 4. Transparência e Participação

D - Consciência

III - QUE PAÍS

A - Introdução

B - Enquadramento do Modelo de Desenvolvimento

C - O Homem e a Qualidade

- 1. A Política de Juventude
- 2. Sistema de Ensino
- 3. Associativismo Juvenil
- 4. Interpenetração das Políticas de Juventude
- 5. Política de Emprego Para os Jovens
- 6. A Comunicação Entre os Homens e as Culturas
 - Uma Informação diversificada e participada
- 7. Uma Política de Defesa do Património Cultural.
- D - Qualidade do Ambiente
- E - A Economia Numa Perspectiva de Qualidade
 - 1. Promoção da Qualidade

- 2. Inovação
- 3. Gestão dos Recursos Naturais
- 4. Gestão do Sistema Evolutivo
 - Sistema Energético
 - Sistema de Transportes
 - Sistema Financeiro e Sector Empresarial do Estado
- 5. Agricultura

IV - QUE JSD

- A - Que JSD Queremos Ser?
 - 1. Posicionamento face ao Poder
 - 2. Espaço de Intervenção
 - 3. Discurso
 - 4. Estrutura
- B - Que JSD Vamos Ser...